

Governo já fala em PPP ou obra pública para recuperar a BR-262

Em Nova York, Dilma Rousseff disse que o processo será revisto, mas há limitações no orçamento para as PPPs

Tânia Monteiro
Cláudia Trevisan
ENVIADAS ESPECIAIS / NOVA YORK

A presidente Dilma Rousseff e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciaram que o governo vai rever o processo de concessão da rodovia BR-262, que liga Espírito Santo a Minas Gerais, para transformá-lo numa parceria público-privada (PPP) ou torná-la simplesmente uma obra pública. Mantega anunciou ainda que vai "melhorar a atratividade" das novas estradas a serem licitadas, para atrair mais competidores.

"Nós estamos revendo. Inicialmente os investidores disseram que ela (BR-262) era viável e depois começaram a temer pelo tamanho do pedágio e da região", justificou a presidente Dilma, ao se referir à surpresa do governo para o fato de não terem aparecidos interessados no trecho.

"Estamos revendo se ela precisa virar PPP ou obra pública", disse ela, durante o seminário "Oportunidades em Infraestrutura no Brasil para Investidores Estrangeiros", promovido pelo banco de investimentos Goldman Sachs, o grupo Bandeirantes e o jornal *Metro*.

O ministro Guido Mantega, por sua vez, em sua palestra, defendeu o modelo de concessão de rodovias federais, mas reconheceu que "o problema" foi a escolha das rodovias a serem licitadas. "Houve uma orientação equivocada de que a BR-262 era atrativa e ela não era", comentou.

No Brasil, quem acompanha de perto o desenrolar do programa de concessões interpretou a

PARA ENTENDER

1.

Concessão

O concessionário assume os riscos e os investimentos na construção, ampliação e operação por 20, 30 anos e seu ganho virá apenas da cobrança de tarifa - no caso das rodovias, do pedágio.

2.

PPP Patrocinada

O investidor privado cobra uma tarifa, mas o seu valor não é suficiente para cobrir o investimento e dar lucro. Assim, o governo se compromete a complementação; assume parte dos riscos, dos custos e faz repasses regulares para complementar o valor da tarifa. No Brasil, o principal exemplo é a linha 4 Amarela do metrô de São Paulo.

3.

PPP Administrada

É utilizada nas concessões com baixo retorno para a iniciativa privada, como presídios, hospitais e escolas. O privado faz o investimento na construção ou ampliação do bem público e até assume a gestão, mas não cobra tarifa porque o governo remunera o privado integralmente.

fala da presidente como um avanço. "A mensagem é a mais positiva possível", diz o advogado **Frederico Bopp Dieterich**, sócio especializado em infraestrutura do escritório **Azevedo Sette**, que atua em licitações públicas. "O governo está dizendo: eu sei que há estradas que se sustentam, como a BR-050, e que permitem uma concessão. Nas que não forem possíveis vou fazer PPP, mas o programa de concessões vai acontecer."

Entre o discurso e a prática, porém, há um longo caminho. Para assumir PPPs, o governo federal terá pela frente dois grandes desafios. O primeiro é financeiro. Nas PPPs, o poder público assume o compromisso de complementar o valor da tarifa, no caso das rodovias, do pedágio, o que compromete recursos do orçamento público - hoje no limite.

"O espaço orçamentário do governo para assumir gastos com PPPs não é nem zero - é negativo, menor do que zero, porque não há como incluir mais nada sem comprometer ainda mais a meta de superávit primário", diz Felipe Salto, economista da Tendências Consultoria que acompanha as finanças públicas.

Segundo Salto, caso a realização das PPPs seja um "ponto de honra", o governo poderá fazer malabarismos orçamentários até as eleições e, depois, elevar os impostos para recompor o caixa. "Como o cobertor é curto, tanto em 2013 quanto em 2014, para bancar PPPs será preciso paralisar alguma obra em andamento. Depois, a conta será devidamente paga pelos contribuintes, seja com maior carga tributária, a partir de 2015, seja por meio de um programa de ajuste fiscal pelo lado das despesas", diz o economista.

O segundo desafio é definir os critérios da PPP, que dependem de consenso e entrosamento político entre diferentes esferas do governo. "Como a PPP é um compromisso por um período longo - 20, 30 anos, o tempo que durará a concessão -, é preciso que se tenha consenso entre Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Casa Civil e outros ministérios. Hoje sabemos que esse consenso não existe", diz um especialista em concessões que prefere não ser identificado por causa do envolvimento no programa.

COLABOROU ALEXA SALOMÃO